

# Acordo UE/Mercosul: uma parceria com oportunidades para o Distrito Federal



» MARIAN SCHUEGRAF  
Embaixadora da União Europeia no Brasil

A implementação do acordo entre o Mercosul e a União Europeia (UE) marca um momento histórico nas relações entre as duas regiões e abre novas perspectivas para o Brasil. Seus efeitos vão além do comércio exterior tradicional e se fazem sentir também em economias locais, como a do Distrito Federal.

Para além dos fluxos comerciais diretos — ainda modestos no caso do DF —, o acordo traz ganhos concretos por meio da abertura dos mercados de compras públicas, que passam a abranger também o nível subnacional.

Na prática, isso permitirá uma participação mais ampla de empresas europeias em licitações locais, ampliando a concorrência, promovendo maior eficiência no uso de recursos públicos e contribuindo para a redução de custos e entraves burocráticos. Ao introduzir regras mais transparentes e previsíveis, alinhadas a padrões internacionais, o acordo tende a qualificar o ambiente de contratação pública no Distrito Federal, com impactos positivos na qualidade dos serviços prestados à população.

O acordo de parceria entre o Mercosul e a União

Europeia beneficiará ambas as partes, dando aos produtos brasileiros acesso preferencial a um mercado de mais de 450 milhões de consumidores. Hoje, a UE já é o segundo parceiro comercial do Brasil. Diferentemente de outros destinos relevantes, uma parte importante das exportações brasileiras para a UE é composta por bens industriais, como aeronaves sofisticadas, o que evidencia o potencial de agregação de valor.

Nosso acordo abrirá novas oportunidades de forma gradual, permitindo que a indústria brasileira se modernize, cresça e se torne ainda mais competitiva. Os benefícios dessa maior competitividade serão sentidos em todo o país, tanto no acesso a novos mercados quanto, internamente, por meio de preços mais baixos, melhores produtos e salários mais elevados.

Trata-se do maior acordo comercial já negociado pelos países do Mercosul — Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai — e de um instrumento com potencial transformador, capaz de facilitar a inserção global do Brasil em um contexto internacional cada vez mais desafiador.

O acordo também traz previsibilidade, com regras claras e estáveis que reduzem custos e incertezas. Pequenas e médias empresas ganham melhores condições para acessar novos mercados. Ao mesmo tempo, promove padrões elevados de transparência e boas práticas regulatórias, contribuindo para um ambiente de negócios mais eficiente.

Na maioria das compras públicas, o acordo amplia a concorrência, reduzindo custos para as

administrações e os contribuintes — um elemento especialmente relevante em economias em que o gasto público tem papel central.

A União Europeia continua sendo o principal investidor estrangeiro no Brasil, gerando empregos de qualidade em setores de alto valor agregado e contribuindo para o crescimento sustentável. Empresas europeias já desempenham papel relevante na transição energética verde do país, e o acordo tende a ampliar esse movimento.

O investimento pode crescer ainda mais, apoiando o Brasil em seus objetivos de reindustrialização, redução da pobreza e promoção de cadeias produtivas sustentáveis, ao mesmo tempo em que fortalece a cooperação em áreas estratégicas como energia, tecnologia e infraestrutura.

Está em preparação, em conjunto com o Mercosul, um instrumento de cooperação que poderá alcançar R\$ 10,8 bilhões destinados a pôr em prática o acordo e a dar apoio específico a comunidades locais, à agricultura familiar e a segmentos produtivos mais vulneráveis.

Longe de encerrar um processo, esse acordo assinala o início de uma nova fase na relação entre as duas regiões. Mais do que um marco comercial, o acordo representa uma escolha estratégica por integração, previsibilidade e cooperação.

Em um cenário global marcado por incertezas, ele reforça o compromisso com o multilateralismo, com o desenvolvimento sustentável e com uma parceria cada vez mais sólida entre o Brasil e a União Europeia.

Caio Gomez/CB/DA.Press



## Botija, rombo, buraco e presente



» CRISTOVAM BUARQUE  
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Chamava-se botija à caixa cheia de dinheiro enterrada no terreno de uma casa. O dono do Banco Master descobriu uma botija guardada nos cofres do BRB e corrompeu seus zeladores para repassar R\$ 12 bilhões ao seu banco. Quando o roubo foi descoberto, fizeram uma lei para colocar dentro da botija o terreno onde ela estava. Os donos do dinheiro roubado pagam seu prejuízo vendendo sua propriedade fundiária. A crise na saúde, o desastre na segurança, a vergonha na educação e a corrupção astronômica não são vistos como ameaças à ordem social mas, em nome da ordem, o Supremo Tribunal Federal (STF) aceita vender terreno do povo para cobrir o roubo feito contra o povo.

Para salvar o Master, o Governo do Distrito Federal comprometeu as finanças públicas a ponto de não conseguir financiar a comemoração de aniversário de Brasília (e bastaria 1% da propina identificada pela Polícia Federal em benefício do presidente do BRB).

O rombo do BRB e a falta de dinheiro para a festa de 66 anos da nossa cidade são dois lados de um mesmo fato: um governo corrupto, ineficiente e desprovido de valores morais, capaz de destruir as finanças do DF em troca de propinas para seus

dirigentes. A população merece investimentos para enfrentar a tragédia na saúde, a crise na segurança, o abandono da educação, o caos no trânsito e também celebrar o aniversário de Brasília. No lugar da festa, recebemos o carimbo de que este governo escolhido por nossos eleitores promove o desperdício e a corrupção usando dinheiro que o Brasil envia ao DF por determinação constitucional para sua manutenção. A imagem é a de que não sabemos eleger nossos governantes, acusados de corrupção, desperdício e ineficiência; e de que não merecemos os valores que recebemos do Fundo Constitucional. Triste que este governo continua: o agora ex-governador está solto, sua imensa fortuna intacta e a atual governadora continua sendo controlada por ele.

Esse é o presente que o atual governo nos dá pelos 66 anos: cofre vazio, a ponto de não termos a festa de aniversário; a destruição de um banco que nos orgulhava; a ameaça de alienação da propriedade fundiária de nossas futuras gerações; e a vergonha diante do resto do Brasil, como se cada um de nós fosse conivente ou, no mínimo, omissos.

Felizmente, muitos em todo o Brasil ainda lembram que já elegemos governos diferentes do atual. Mesmo antes da criação do Fundo Constitucional, o GDF foi capaz, com competência, imaginação e sem corrupção, de eleger prioridades corretas, universalizar o saneamento, construir escolas e ampliar o horário escolar; adotar o telemetrômetro, reduzir a tarifa do transporte público, elevar o salário do professor ao maior nível do Brasil; fazer a Rodoviária do Plano Piloto parecer um aeroporto; implantar o Corujão, decidir e executar o projeto arquitetônico da Ponte JK com o desenho que ela

mantém até hoje; receber as obras do metrô paradas e colocá-lo para funcionar da Ceilândia até a Galeria dos Estados; construir praças comunitárias, graças ao orçamento participativo.

Além de ações como essas, tivemos governos exemplares para o mundo, que criaram programas como o Bolsa-Escola (depois espalhado pelo Brasil e pelo mundo, embora com menos ênfase na educação), o Poupança-Escola (renascido 30 anos depois como Pé-de-Meia), a Campanha de Respeito à Faixa de Pedestres (gesto educacional até hoje não repetido em outras cidades), o Saúde em Casa (que ofereceu um sistema inteligente e eficiente que, em vez de fila para ser atendido, o paciente recebia atendimento na própria residência); promoveram as inesquecíveis Temporadas Populares. Governos éticos, sem escândalo ou denúncia de corrupção.

A lembrança de que foi possível termos governos eficientes, socialmente comprometidos e com comportamento decente e a percepção de que o atual tanto roubou que não é capaz de comemorar o aniversário da cidade, devem nos motivar a dar um presente ao Distrito Federal: não ficarmos omissos nas eleições de outubro. Nosso presente a Brasília é participarmos da eleição com brilho nos olhos, como ocorria no passado, na qualidade de eleitor ou de candidato, elegendo dirigentes, governantes ou parlamentares que orgulhem o DF diante do Brasil.

Este ano não permita a omissão do acomodamento: Brasília exige dedicação de todos, candidatos ou eleitores, com empolgação para mudar nossos governantes e nossos representantes no Senado, na Câmara de Deputados e na Câmara Legislativa.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br



## Uma herança de problemas acumulados

Chegará ao Planalto, em janeiro de 2027, um presidente que não herdará um país, mas um conjunto de problemas acumulados, encadeados e, em muitos casos, agravados pela omissão e pela má gestão. Não haverá tempo para discursos de posse com promessas vagas. O cenário exigirá decisões imediatas, porque o Brasil que estará à sua frente não será o das campanhas eleitorais, mas o da realidade concreta, dura e pouco negociável. Encontrará, de saída, um quadro fiscal pressionado. As contas públicas, já há anos tensionadas por gastos crescentes e baixa capacidade de investimento, deverão impor limites claros a qualquer aventura política. Qualquer medida mal calibrada terá impacto direto na inflação, nos juros e, por consequência, no bolso da população.

O Brasil convive há décadas com produtividade baixa, ambiente de negócios complexo e insegurança jurídica recorrente. Nenhum presidente resolve isso com discursos. É preciso trabalhar em estruturas como o sistema tributário, burocracia excessiva e um Estado que muitas vezes dificulta mais do que ajuda. Sem enfrentar esses pontos, o país continuará girando em falso.

No campo social, a situação não será mais simples. O grande desafio continuará sendo transformar assistência em autonomia. Isso passa por educação de qualidade, formação profissional e geração de empregos. Sem isso, o ciclo de dependência do Estado se perpetua, e o país não avança. A segurança pública será outro ponto crítico. O avanço do crime organizado, cada vez mais estruturado e com atuação nacional, exigirá coordenação entre União e estados. Será preciso inteligência, integração de dados e, sobretudo, vontade política para enfrentar interesses que já se infiltraram em diversas áreas.

No campo institucional, o próximo presidente encontrará um ambiente de desconfiança. Parte da população não acredita plenamente nas instituições, enquanto outra parte as defende sem reservas. A máquina pública continuará pesada. Gastos obrigatórios comprimem o orçamento, e reformas estruturais seguem sendo evitadas por seu custo político. O novo presidente terá de decidir se enfrenta esse problema ou se apenas o administra. Adiar decisões pode parecer confortável no curto prazo, mas cobra um preço alto adiante.

Na política, encontrará um Congresso fragmentado, com interesses múltiplos e nem sempre convergentes com o interesse público. No cenário internacional, o Brasil continuará inserido em um mundo mais instável. Tensões comerciais, disputas geopolíticas e mudanças nas cadeias produtivas exigirão posicionamento estratégico. Outro ponto inevitável será a agenda ambiental. O país tem ativos relevantes, mas também enfrenta críticas externas e pressões internas. Conciliar desenvolvimento econômico com preservação não é tarefa simples.

Na infraestrutura, o desafio continuará sendo transformar projetos em obras concluídas. Sem melhorar a capacidade de entrega, o Brasil seguirá com gargalos que encarecem a produção e limitam o crescimento. Na educação, os resultados ainda estarão aquém do necessário. Avaliações mostram dificuldades persistentes em aprendizagem básica. Educação não é tema para slogans, mas para políticas consistentes e contínuas.

O próximo presidente também herdará um país cansado. Cansado de promessas não cumpridas, de crises recorrentes e de soluções que não se concretizam. Nada disso será novidade para quem acompanha o país com atenção. O problema nunca foi falta de diagnóstico. O problema sempre foi execução. O Brasil sabe o que precisa ser feito em muitas áreas. Falta fazer.

O presidente que assumir em 2027 terá duas opções. Repetir o roteiro conhecido, adiando decisões e administrando crises, ou enfrentar os problemas com clareza e responsabilidade. O país que será entregue em 2027 não estará condenado, mas tampouco estará resolvido. Será, como tantas vezes na história, um país em aberto. Cederá ao próximo presidente decidir se continuará sendo apenas mais um capítulo de expectativas frustradas ou se iniciará um processo de correção de rumos. O tempo, como sempre, será o juiz mais rigoroso.

### A frase que foi pronunciada:

“A liberdade que sempre defendemos é a de viver com dignidade, com plenos direitos de expressão e manifestação e, sobretudo, de organização. A liberdade que eles pregam é a de oprimir o vulnerável, massacrar o oponente e impor a lei do mais forte acima das leis da civilização. O nome disso é barbárie.” ...

Presidente Lula, no discurso de posse

### História de Brasília

O ministro da Agricultura mandou um telegrama ao ministro Ari Franco, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, convidando-o para a solenidade de instalação da Comissão de Reforma Agrária, no Rio. (Publicada em 1/5/1962)